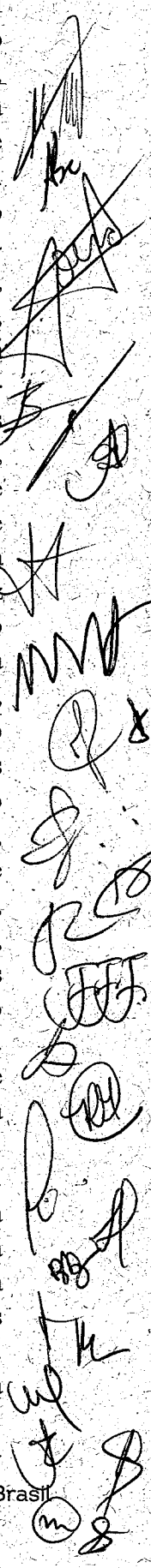
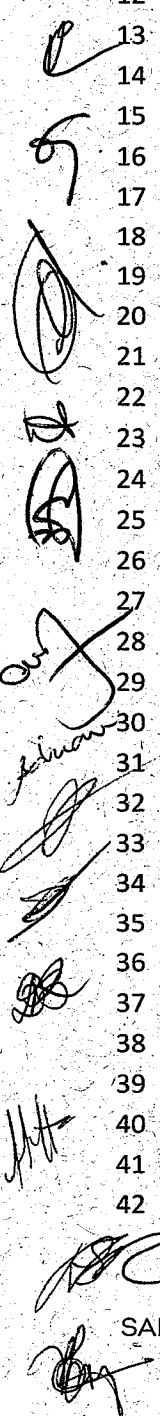


1 Aos vinte e seis dias de maio de dois mil e dezoito, às nove e vinte minutos da manhã, na
2 sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), situado no Setor de Administração Federal
3 Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito
4 Federal, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) iniciou a Assembleia de Políticas,
5 da Administração e das Finanças (APAF) e saudou os delegados presentes. Ao iniciarem a
6 ordem do dia, conduziram a mesa Ana Sandra Nóbrega (CFP), Dalcira Ferrão (CRP-04) e
7 Mayk Machado (CRP-09). **6. 10º CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA (CNP).**
8 Nesse ponto, estiveram presentes Leovane Gregório (CRP-01), José Hermes de Azevedo
9 Júnior (CRP-02), Patrícia de Oliveira Guimarães (CRP-02), Larissa de Melo Farias (CRP-
10 02), Laís de Sousa Monteiro (CRP-02), Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03),
11 Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03), Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03),
12 Mariana Lúcia Ferreira Tavares (CRP-04), Dalcira Pereira Ferrão (CRP-04), Reinaldo da
13 Silva Júnior (CRP-04), Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05), Rodrigo Acioli Moura (CRP-
14 05), Rosilene Souza Gomes (CRP-05), Luciana Stoppa dos Santos (CRP-06), Beatriz Borges
15 Brambilla (CRP-06), Rodrigo Toledo (CRP-06), Fernanda Facchin Fioravanzo (CRP-07),
16 Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07), Silvana de Oliveira (CRP-07), Manuele
17 Montanari Araldi (CRP-07), Carolina de Souza Walger (CRP-08), Rosângela Lopes de
18 Camargo Cardoso (CRP-08), Semíramis Maria Amorim Vedovatto (CRP-08), Ionara
19 Vieira Moura Rabelo (CRP-09), Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP-09), Luiz
20 Romano da Motta Araújo Neto (CRP-10), Robenilson Moura Barreto (CRP-10), Diego
21 Mendonça Viana (CRP-11), João Paulo Lopes Coelho (CRP-11), Ematuir Teles de Sousa
22 (CRP-12), Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12), Pâmela da Silva Santos (CRP-12),
23 Iany Cavalcanti da Silva Barros (CRP-13), Lucílvio Eleutério da Silva (CRP-13), Glace do
24 Carmo Freitas Siqueira (CRP-14), Irma Macário (CRP-14), José Félix Vilanova Barros
25 (CRP-15), Laeuza Lúcia da Silva Farias (CRP-15), Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
26 (CRP-16), Sabrina Ribeiro Cordeiro (CRP-16), Daniela Bezerra Rodrigues (CRP-17),
27 Karina Franco Moshage (CRP-18), Morgana Moreira Moura (CRP-18), Frederico Alves de
28 Almeida (CRP-19), Gibson Alves dos Santos (CRP-20), Adriane Andrade-Coستا (CRP-20),
29 Eduardo Jasson Loureiro Muniz Moita (CRP-21), Cristianne Almeida Carvalho (CRP-22),
30 Pedro Paulo Valadão Coelho (CRP-23), Rogério Giannini (CFP), Ana Sandra Fernandes
31 Arcoverde Nóbrega (CFP) e Marisa Helena Alves (CFP). Tendo em vista a décima edição
32 do CNP, quer-se promover temas e eixos que celebrem as lutas históricas da Psicologia.
33 Assim, a Comissão Organizadora (COMORG) apresentou o projeto à assembleia, que
34 aprovou o seguinte tema: "O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência
35 ao estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais".
36 Várias foram as contribuições, incorporadas ao texto no regulamento do décimo congresso.
37 Parabenizou-se o trabalho da COMORG e salientou-se o papel da resistência da Psicologia
38 na sociedade brasileira. Considerou-se importante posicionar a Psicologia em uma
39 conjuntura de exceção, mas também foi dito que é necessário ser genérico a fim de que a
40 categoria profissional sinta-se incluída. Quer-se priorizar a revisão da Lei e normativas
41 relacionadas à regulamentação da Psicologia, como a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.
42 Também a questão da Psicoterapia deve ser abordada nessas discussões. Ressaltou-se a



43 importância de implementar as deliberações do CNP no Sistema Conselhos. A APAF
44 também aprovou os eixos apresentados pela COMORG após alterações, conforme segue.
45 Sugeriu-se que se debata a ampliação da prática da Psicologia e a laicidade seja um tema
46 considerado. No primeiro eixo "Organização democrática e representativa do Sistema
47 Conselhos", haverá discussão da participação nas instâncias deliberativas e representativas,
48 como CNP, APAF, Assembleias, instâncias de controle social; revisão da Lei 5766, de vinte
49 de dezembro de 1971 e do Decreto nº 79.822, de dezessete de junho de 1977; diálogo com
50 as entidades da Psicologia, como a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia
51 (ULAPSI), o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), Asociación
52 Latinoamericana para la Formación y Enseñanza de la Psicología (ALFEPSI), Federação
53 Nacional de Psicólogos (FENAPSI), entidades regionais; diálogo com o Estado, como o
54 Ministério Público e outros; relações interinstitucionais; articulação diálogos com outros
55 conselhos profissionais. No segundo eixo "Diálogo da psicologia com a
56 sociedade, reconhecimento do fazer psicológico na sociedade", haverá debates sobre a
57 Psicologia e as estratégias ético-políticas de resistência, frente a retrocessos; a
58 interdependência entre psicologia e democracia; a centralidade da democracia e direitos
59 humanos no exercício profissional; contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo
60 democrático e de garantia de direitos; papel da Psicologia na garantia de direitos, incluídas
61 questões de gênero, raça e questões LGBTI; Psicologia na resistência da garantia de direitos;
62 controle social, movimentos sociais e usuários da psicologia; pensamento colonialista e a
63 história da Psicologia; fundamentos da atuação profissional pautada no compromisso ético,
64 técnico e político; a pluralidade das práticas psicológicas na produção de saúde e na
65 afirmação da vida. No terceiro eixo "Ampliação e qualificação do Exercício profissional",
66 haverá discussão sobre Psicologia e reflexões críticas sobre gênero, em um debate político e
67 epistemológico; psicoterapia e diálogos com a formação; pensamento colonialista e a
68 história da psicologia; a diversidade da Psicologia e as Práticas emergentes; produção de
69 referências técnicas para atuação do psicólogo Centro de Referência Técnica em Psicologia
70 e Políticas Públicas (CREPOP); Formação do profissional psicólogo; Psicologia e as
71 Relações de trabalho, como empregabilidade, mundo do trabalho, assédios, precarização,
72 contexto da sociedade brasileira, previdência; laicidade da Psicologia; e redes de produção
73 de saúde nos diferentes campos de atuação da Psicologia. Pediu-se que, ao invés de se
74 usarem tópicos no âmbito dos eixos, sejam empregadas ementas, com o significado de cada
75 eixo. O regulamento do Décimo CNP foi aprovado após alterações, conforme anexo desta
76 ata. Em relação à inscrição de delegados, aprovou-se, como primeiro critério para base fixa,
77 oito delegados para CRPs com até três mil inscritos, doze delegados para CRPs de três mil e
78 um a dez mil inscritos, e quinze delegados para CRPs com número superior a dez mil
79 inscritos. Para o segundo critério, o de mobilização, definiu-se que, para cada dez
80 participantes presentes na hora da votação de delegados no Congresso Regional de
81 Psicologia (COREP), será garantida a participação de mais um delegado. Esse número será
82 somado à base fixa. O número máximo de delegados por cada CRP será de quarenta
83 delegada(os). O cronograma proposto foi alterado no quesito de realização dos COREPs
84 para o período que vai de trinta e trinta e um de março a seis e sete de abril de 2019. A

[Handwritten signatures and initials at the top of the page]

85 minuta de regulamento do décimo CNP foi lida integralmente, e as alterações estão
86 anexadas em arquivo desta ata. Decidiu-se que a COMORG deverá orientar nos casos de
87 dúvidas, como da adimplência de profissionais, da lista de frequência durante os pré-
88 congressos, do momento exato da contagem de quórum. Discutiu-se amplamente sobre o
89 percentual mínimo de vinte por cento de profissionais negros, indígenas, portadores de
90 necessidade especial (PNE), e população trans. Após o almoço, às quatorze horas e quarenta
91 e seis minutos, Ana Sandra Nóbrega (CFP) retomou as discussões. Sabrina Ribeiro Cordeiro
92 (CRP-16), em parceria com o CRP-03, solicitou que se fizesse leitura de recomendações
93 sobre expressões racistas, muitas vezes empregadas de modo natural, como a palavra
94 “denegrir”. Concordou-se em evitar o usos de termos dessa natureza. Em relação à
95 participação de estudantes no CNP, acordou-se o número de dois deles por estado,
96 considerando os CRPs ainda não desmembrados. A convidada Marisa Alves (CFP)
97 informou que a ferramenta DATASUAS não será usada. Assim que definida a ferramenta, a
98 COMORG dará ampla divulgação. Conforme acordado pela assembleia, todos os
99 encaminhamentos deste ponto foram aprovados em bloco e por unanimidade. O regulamento
100 e demais documentos deverão ser enviados aos CRPs assim que possível. **7. GT APAF -**
101 **ELEIÇÕES.** Nesse ponto, estiveram presentes Andreza Sorrentino (CRP-01), Marina
102 Saraiva Garcia (CRP-01), Patrícia de Oliveira Guimarães (CRP-02), Larissa de Melo Farias
103 (CRP-02), Laís de Sousa Monteiro (CRP-02), Aléssandra Santos de Almeida (CRP-03),
104 Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03), Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03),
105 Yghor Queiroz Gomes (CRP-04), Dalcira Pereira Ferrão (CRP-04), Filippe de Mello Lopes
106 (CRP-04), Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05), Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP-
107 05), Fabíola Foster de Azevedo (CRP-05), Luciana Stoppa dos Santos (CRP-06), Beatriz
108 Borges Brambilla (CRP-06), Rodrigo Toledo (CRP-06), Fernanda Fachin Fioravanzo
109 (CRP-07), Silvana de Oliveira (CRP-07), Manuele Montanari Araldi (CRP-07), Carolina de
110 Souza Walger (CRP-08), Luciano Bugalski (CRP-08), Rosângela Lopes de Camargo
111 Cardoso (CRP-08), Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09), Mayk Diego Gomes da Glória
112 Machado (CRP-09), Giane Silva Santos Souza (CRP-10), Robenilson Moura Barreto (CRP-
113 10), Diego Mendonça Viana (CRP-11), João Paulo Lopes Coelho (CRP-11), Ematuir Teles
114 de Sousa (CRP-12), Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12), Pâmela da Silva Santos
115 (CRP-12), Iany Cavalcanti da Silva Barros (CRP-13), Francisca Soraia Patriota Soares
116 (CRP-13), Glace do Carmo Freitas Siqueira (CRP-14), Irma Macário (CRP-14), Mauricio
117 Luiz Marinho de Melo (CRP-15), Laeuza Lúcia da Silva Farias (CRP-15), Maria Carolina
118 Fonseca Barbosa Roseiro (CRP-16), Tammy Andrade Motta (CRP-16), Rafael Ribeiro Filho
119 (CRP-17), Karina Franco Moshage (CRP-18), Sheila Carla de Queiroz Gomes (CRP-18),
120 Marinês Fortes de Barros (CRP-18), Frederico Alves de Almeida (CRP-19), Magaly Silva
121 de Oliveira (CRP-20), Adriane Andrade Costa (CRP-20), Eduardo Jasson Loureiro Muniz
122 Moita (CRP-21), Daiane Rose Cunha Bentivi Aquino (CRP-22), Ricardo Furtado de
123 Oliveira (CRP-23), Rogério Giannini (CFP), Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
124 (CFP) e Marisa Helena Alves (CFP). O GT de Eleições foi composto na APAF de dezembro
125 de 2017 pelos CRP-02, CRP-03, CRP-05, CRP-07, CRP-09 e CRP-20 e também pelo CFP.
126 Foi realizada uma reunião presencial nos dias dezesseis, dezessete e dezoito de março de

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

Handwritten signatures and initials at the top of the page, including a large signature that appears to be 'Manuela'.

127 2018, que tratou do Regimento Eleitoral. Não houve consenso acerca do § 1º do artigo 11,
128 pois o CRP-07 propôs a retirada do termo “ad referendum do Plenário do Conselho Federal
129 de Psicologia”. Dentre as atividades, o GT analisou a documentação do último processo
130 eleitoral, incluindo o regimento e seus anexos, pareceres expedidos pela Comissão Eleitoral
131 Regular e pela Comissão Eleitoral Especial e problemas relatados no último processo
132 eleitoral. O GT também avaliou exaustivamente vantagens e desvantagens das diferentes
133 modalidades de votação do último processo eleitoral e destacou a importância da Campanha
134 de Atualização dos Dados Cadastrais, os impactos no processo eleitoral e a eficácia da multa
135 aplicada aos profissionais. A APAF passou, então, à apreciação da minuta do Regimento
136 Eleitoral, lida integralmente pela convidada Marisa Helena (CFP). Estabeleceu-se extensa
137 discussão sobre vários aspectos do documento. Questionou-se a extinção da votação por
138 correspondência, pois, ao passo que a votação *online* possibilita modernização e maior
139 transparência, a diferença da inclusão digital nas várias regiões do país. Posto que tenha
140 havido o pedido da permanência da modalidade de votação por correspondência, o GT
141 apresentou estudos contundentes que abrangeram todas as regiões do país. Além de ter
142 havido considerável declínio pelo voto por correspondência, várias dificuldades logísticas na
143 preparação de kits e na apuração de votos foram relatados. Enquanto uma votação *online*
144 custa três reais e oitenta e cinco centavos, a por correspondência custa dezesseis reais e
145 cinquenta e dois centavos. Manuele Araldi (CRP-07) explicitou que o GT de eleições não se
146 preocupou apenas com a questão financeira, mas considerou recomendações de comissões
147 eleitorais de todo o país: o voto por correspondência agrega pouco e gera muitos transtornos.
148 Há, por exemplo, relatos de CRPs que continuam a receber correspondência por anos, e
149 problemas com o mal uso de material eleitoral podem ensejar a anulação de eleições. A
150 assembleia decidiu, por trinta e quatro votos, manter apenas a modalidade *online*, enquanto
151 onze delegados votaram pela continuidade do voto por correspondência. Três delegados
152 abstiveram-se. Acerca da multa contra profissionais não votantes, considerou-se que a
153 emissão do boleto para aplicação da penalidade é mais dispendiosa que a própria multa.
154 Disse-se que multas não estão previstas no Regimento Interno, mas constantes de
155 Resolução. Decidiu-se, por isso, encaminhar a discussão sobre a multa eleitoral ao Comitê
156 Gestor, criado no ponto de Tesoureiros. Ionara Rabelo (CRP-09) solicitou explicações sobre
157 o fato de o decreto que regulamenta a Psicologia não contemplar eleições ou consulta
158 nacional. Nesse sentido, deliberou-se que a GJUR deverá adequar tempos verbais do
159 Regimento Interno com os do decreto e explicitar em qual momento ocorrerá a deliberação
160 pela realização da consulta e pela validação da consulta. Acerca de cotas para composição
161 de chapas, por ter sido aventada a possibilidade de que obrigatoriamente vinte por cento
162 delas sejam integradas por negros ou indígenas, solicitou-se que decisão sobre percentual
163 obrigatório de raça ou de gênero seja tomada no CNP. Trinta e oito delegados votaram para
164 que o regimento interno apenas indicasse o percentual de vinte a trinta por cento de
165 participação de negros, enquanto sete delegados votaram para que esse percentual fosse
166 obrigatoriamente exigido no regimento interno Houve três abstenções. Frederico Almeida
167 (CRP-19) afirmou que, muitas vezes, se penaliza conselheiros que renunciam por
168 divergências políticas e, por isso, seria necessário explicitar a possibilidade de renúncia no

Vertical column of handwritten signatures and initials on the right side of the page, including names like 'Manuela', 'Marisa Helena', and others.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Manuela', 'Marisa Helena', and others.

[Handwritten signatures and initials at the top of the page]

[Handwritten initials and marks in the left margin]

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

169 regimento eleitoral. Explicou-se que havia dispositivo assim em regimentos anteriores, mas
170 a própria APAF decidiu retira-lo. Após discussão, vinte e três delegados votaram por
171 inclusão da possibilidade de renúncia no regimento, enquanto vinte um quiseram sua
172 exclusão. Houve seis abstenções. Manuele Araldi (CRP-07) relatou dificuldades nas
173 discussões do GT de eleições no § 1º do artigo 11, no quesito “ad referendum do Plenário do
174 Conselho Federal de Psicologia” Rogério Giannini (CFP) afirmou jamais ter havido
175 problemas de lisura nos processos eleitorais do Sistema Conselhos e que todas as decisões
176 sempre foram públicas. O motivo de o CFP fazer os regimentos desde 1999 se deve ao fato
177 de ser ele instância recursal. Vinte e três delegados votaram pela seguinte redação: “A
178 Comissão Eleitoral Regular (CER) do Conselho Federal de Psicologia será integrada por
179 Conselheiros Federais e funcionará como instância de orientação sobre o disposto neste
180 Regimento e de recurso para as questões referentes às eleições para os Conselhos Regionais,
181 ad referendum do Plenário do Conselho Federal de Psicologia”, enquanto vinte e dois
182 delegados votaram pela redação: “Na hipótese de haver recursos ao CFP, os Conselheiros
183 Federais que compõem a CER estão impedidos”. A respeito dos pedidos de inscrição de
184 chapas para a Consulta Nacional, pediu-se que a GJUR avalie o momento em que se dará.
185 Defendeu-se que as chapas continuem a se inscrever no momento do CNP, pois é um
186 momento de articulação política importante. Falou-se da questão da publicidade das chapas,
187 pois, geralmente, apenas os funcionários dos CRPs têm acesso a propagandas. Sugeriu-se
188 que cartazes com propagandas e chapas sejam ostentados em saguões de entrada dos CRPs.
189 No caso do indeferimento de candidaturas, não é necessário exposições descabidas. A APAF
190 aprovou publicações de chapas por internet. Foi sugerido que, sempre que houver
191 propaganda, isso seja devidamente declarado à comissão eleitoral, a fim de se manter a
192 idoneidade do processo. Uma das questões abordada, foi o monopólio da mídia e do poder
193 financeiro, e pediu-se que na próxima consulta nacional crie-se um GT para tratar de
194 financiamento de campanha. Por vinte e nove votos, decidiu-se eliminar a seguinte redação:
195 “Não será permitida a propaganda da chapa ou do candidato em qualquer meio de
196 comunicação, na modalidade paga”. A proposta “Permitir propagandas na modalidade paga,
197 desde que as chapas declarem à Comissão Eleitoral os valores investidos” recebeu dezoito
198 votos, enquanto a proposta “Permitir propagandas em meios virtuais na modalidade paga,
199 desde que esteja explícito na publicação que ela foi paga” recebeu um voto. Discutiu-se a
200 questão do percentual de votos para se considerar uma chapa vencedora, conforme redação
201 proposta “Será vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos válidos,
202 independentemente do percentual que esse número represente em relação ao total de votos
203 apurados”. Trinta e cinco delegados votaram pela manutenção do artigo. Outras alterações
204 estão exaradas no Regimento Eleitoral anexo a esta ata. Em resumo, além das alterações
205 mencionadas, fizeram-se os seguintes encaminhamentos: revisar o documento todo visando
206 retirar expressões que denotem cunho racista; enviar a discussão a respeito do valor da multa
207 eleitoral para o Comitê Gestor, criado no ponto de Tesoureiros; a Gerência Jurídica do CFP
208 deve revisar tempos verbais para adequar ao Decreto que regulamenta a Psicologia;
209 explicitar em qual momento ocorrerá a deliberação pela realização da consulta e pela
210 validação da consulta; submeter o texto final a uma revisão de um núcleo ou GT que aborde

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

